

Igrejas cristãs temem retrocesso

Elas dizem que o País está sendo empurrado para uma guerra civil

GIVALDO BARBOSA



Congresso vazio. Políticos foram a posse do novo ministro ou viajaram

DIRETAS 88

Brizola já polemiza com Covas

Em Caruaru, mais de 20 mil pedem por eleições já

IVALDO ARAUJO
Enviado Especial

Recife — O senador Mário Covas disse ontem, nesta capital, que a estratégia ideal para o partido em termos de eleições presidenciais diretas seria participar da campanha como um todo, embora respeite a decisão do PMDB de cada um decidir de acordo com a sua consciência na Constituinte. Covas recusou-se a responder às afirmações do ex-governador Leonel Brizola de que ele só tem participado de comícios pró-diretas onde não há problemas com o PMDB.

“Eu não digo nada. Não tenho interesse em polemizar com ele. Não dito regras de conduta para o governador Brizola e as minhas regras de conduta fixo eu”, enfatizou o senador paulista.

LULA

“Se formos analisar os últimos presidentes que teve o Brasil, me sinto com muito mais capacidade do que todos eles para governar este País”, proclamou no Recife, o presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, que veio a Pernambuco participar do comício pró-diretas em Caruaru. Admitindo sair candidato a presidente, se o PT assim entender conveniente, Lula garante que a campanha de agora pelo pleito direto vai empolgar o País, enfatizando a sua certeza de que será uma questão de tempo lideranças políticas como Miguel Arraes se integrem ao movimento.

Lula exortou aos militantes peemedebistas que defendem as diretas (“esses merecem todo o respeito do PT”) a brigar dentro do seu partido, “para fazer o dr. Ulysses não esquecer que há dois anos ele era o maior pregador das diretas, e agora, que faz parte do poder, muda de opinião”.

Caruaru — Sem a presença do governador Miguel Arraes, fato lamentado, mas tendo no palanque líderes políticos como o governador de Alagoas, Fernando Collor, os senadores Afonso Camargo e Mário Covas, o ex-governador Leonel Brizola e o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, além de quinze constituintes de vários estados, realizou-se ontem, nesta cidade do agreste pernambucano, a 130 quilômetros de Recife, o terceiro grande comício deste ano pelas eleições presidenciais diretas em 88.

Mais de 50 oradores falaram para uma multidão que, calculada em mais de vinte mil pessoas; ficou aquém do esperado. No final, o deputado pernambucano Fernando Lyra (PMDB-PE), natural de Caruaru e organizador do comício, mostrou-se satisfeito com o resultado da sua promoção e disse que esta foi a arrancada no Nordeste em direção ao pleito presidencial no ano que vem. Para ele, a concentração de ontem terá para o País igual importância política àquela outra realizada em fevereiro de 1984, também em Caruaru, quando Lyra lançou o nome do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, presente ao palanque, a candidatura à Presidência da República.

Lyra, juntamente com Brizola e outros convidados se empenhou para que o governador Miguel Arraes estivesse presente, mas não conseguiu demovê-lo de

seu propósito de não se integrar à campanha das diretas por entender que este é assunto para a Constituinte, preferindo dedicar-se às suas tarefas administrativas no governo de Pernambuco. Já o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, ligado politicamente a Arraes, compareceu ao comício de ontem, e foi um dos oradores.

Caruaru, maior cidade do interior pernambucano, desde cedo começou a se preparar para o comício, com ruas cheias de faixas alusivas ao acontecimento, algumas delas lançando até candidatos, como a do governador alagoano Fernando Collor de Mello. Durante a semana foram veiculadas chamadas na televisão, com o deputado Fernando Lyra exortando os pernambucanos a comparecerem. As despesas foram estimadas em um milhão de cruzados, envolvendo dois trilhões elétricos e a contratação de cem ônibus para levar os convidados a partir da capital.

No palanque, os oradores mais aplaudidos foram o governador de Alagoas, Fernando Collor, o deputado Fernando Lyra, o presidente do PT, Luiz Lula da Silva e o ex-governador Leonel Brizola, que há dois dias movimentava Pernambuco politicamente com sua presença no Estado. Iniciado às 20 horas, o comício estendeu-se até as primeiras horas de hoje. A tônica dos discursos foi a necessidade de um governo legitimado pelo voto popular e muitas críticas ao atual governo, sobretudo à decisão do Presidente de permanecer no poder por cinco anos.

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), integrado pelas Igrejas Católica, Luterana, Metodista, Episcopal, Presbiteriana e Reformada, divulgou ontem documento, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que prega o “engajamento coletivo” da sociedade brasileira, pois “a situação nacional é de extrema gravidade”. As igrejas temem um “retrocesso político”, pois as condições estão propícias para que “convulsões sociais incontroláveis comecem a se combinar com a sedução da luta armada pelo poder”.

Os signatários do documento, intitulado “Apelo por um compromisso coletivo pela democracia”, profetizaram a possibilidade de “pouco a pouco sermos empurrados para uma guerra civil interminável. Eles entregaram o documento, em mãos, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que considerou as suas propostas legítimas, mas apontou algumas dificuldades para a sua concretização.

Algumas propostas devem ser atendidas “de imediato” e outras “a curto prazo”. Antes de formulá-las, os signatários (pastor

Gottfried Brakemeier, da Igreja Luterana e presidente do Conic, com Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB; reverendo Nelson Leite, Metodista; Bispo Olavo Luiz, Episcopal e reverendo Zuinglio Dias, Presbiteriana) sugerem o estabelecimento de um “pacto político” entre os partidos.

De imediato, eles querem que a nova Constituição tenha “instrumentos necessários de realização da reforma agrária”. Desejam a garantia de participação direta da população no aperfeiçoamento constitucional e que as questões mais controversas da Constituição sejam submetidas a um referendo popular.

Propõem a supressão “do regime de exceção ainda mantido pela lei de Segurança Nacional que submete civis à Justiça Militar, quando acusados de crimes políticos.” Querem também a definição de um calendário de eleições, “para que o povo exerça sua soberania e legitime o poder, em todos os seus níveis, logo após a promulgação da nova Constituição”.

A curto prazo, os representantes das Igrejas propõem que sejam estabele-

cidas prioridades de investimento para a produção de bens e serviços de consumo popular e dos bens de capital necessários a essa produção. Dom Luciano exemplificou afirmando que “é mais importante se fazer 100 alpercatas do que um sapato de plástico, mil canetas de ouro ou 10 sabonetes populares do que um muito perfumado”.

Uma mudança na política agrícola, dando, apoio ao pequeno e médio agricultor e estimulando a produção de alimentos para a população brasileira, também deve ser determinada a curto prazo, segundo o Conic. O documento prega a definição de uma política salarial “voltada para o aumento real e urgente da capacidade aquisitiva da população de baixa renda”.

Segundo o presidente do Conic, pastor Gottfried Brakemeier, o documento não é político e nasceu do compromisso das Igrejas com a justiça e a paz social. “Ele não nasceu de uma visão ideológica prefeita, mas como Igreja vivemos perto do povo e com o povo e, a partir dessa realidade, que nasce essa observação”, afirmou o pastor.

“Falta credibilidade ao Governo”

Do documento do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil — Conic — intitulado “Apelo por um compromisso coletivo pela democracia” destacam-se os seguintes pontos:

• “A situação nacional é de extrema gravidade. Ao se pronunciarem, as Igrejas o fazem movidas pelo compromisso com Jesus Cristo, seu evangelho e a vida que veio salvar. O amor não pode conformar-se com a injustiça, a fome e o sofrimento, tornando-se culpado diante de Deus e dos homens que assim o fizeram.”

• Acumulam-se cada vez mais, para a maioria da população, os efeitos negativos de uma estrutura econômica desequilibrada e perversa. As idas e vindas da inflação e os próprios remédios com que se pretende enfrentá-la, exacerbam ainda mais as dificuldades e incertezas. O problema do desemprego não se soluciona. O atendimento de necessidades absolutamente básicas continua inacessível a um número crescente de pessoas. Os saques ameaçam as cidades e o campo, e a violência irrompe por toda a parte.

• A indispensável credibilidade da instituição Governo está, em praticamente todos os níveis, profundamente abalada. Mesmo quando iniciativas governamentais produzem resultados aparentemente melhores, poucos são os que neles confiam ou acreditam em sua persistência. Para a maioria da população a imagem que fica é a de incompetência e falta de seriedade. Acusações de corrupção e de mordomias, de privilégios salariais, de

lutas por cargos ou por merecimentos, de carreirismos, oportunismos e impunidade, levam o cidadão comum a considerar a chamada classe política como composta quase sempre por aproveitadores. Um sentimento de impotência, combinado com perplexidade, faz crescer a desesperança e mesmo a exasperação.

• Os conflitos sociais não se generalizam porque o medo ainda tolhe as reações. No campo a luta pela terra aumenta a violência. As tensões políticas e os antagonismos de interesses invadem a Constituinte, augurando impasses e descontentamentos. A possibilidade de um retrocesso político surge ciclicamente, embora ninguém o deseje, porque as lembranças dolorosas e as sequelas do último período autoritário ainda estão muito vivas.

• Todos sabemos que a tragédia dos países subdesenvolvidos — da qual não escapa o Brasil, país que, no mundo mantém o 1º lugar no que respeita à concentração de renda — é o extremo atraso acumulado no atendimento das necessidades sociais. Sabemos que esse atraso acumulado torna impossível, em países como o nosso, a alternância entre governos mais socializantes e mais conservadores, que caracteriza a vida política dos países capitalistas ricos. Entre nós se alternam aberturas semidemocráticas e regimes fortemente repressivos, para que o poder nunca saia das mãos dos privilegiados. Ora, no círculo vicioso que então se instala, as perspectivas se tornam dramáticas.

• Um retrocesso político, agora, pode ser, portanto, um passo fatal nesse caminho. As condições estarão dadas para que convulsões sociais incontroláveis comecem a se combinar com a sedução da luta armada pelo poder. Pouco a pouco poderemos ser empurrados para uma guerra civil interminável — como já vem ocorrendo cada vez mais em países do Terceiro Mundo e mesmo da América Latina — com a ajuda dos que se enriquecem no comércio de armas e com o beneplácito dos países que as fabricam.

• Não temos outra alternativa senão a busca de soluções que engajem o conjunto da sociedade brasileira. A esse engajamento coletivo devem ser chamados de forma especial os que detêm a concentração da terra e do capital para que se disponham, numa atitude fraterna e solidária, a partilhar com os outros os recursos que possuem.

• Torna-se imprescindível que uma liderança coletiva com credibilidade emerge em nosso País. Essa liderança coletiva tem que ser assumida não só pelo Governo mas pelos sindicatos, associações profissionais, Igrejas e demais entidades nacionais que merecem a confiança popular e pelos partidos que se comprometem com as exigências urgentes da justiça social.

• Precisamos dar apoio à Constituinte e ao mesmo tempo, enfrentar problemas como a recessão, a inflação, o emprego, os salários, a saúde, a moradia e a alimentação do povo brasileiro”.

Afif acha que a Constituinte terá consenso

“Este grupo é a soma das várias tentativas de se buscar o consenso no bloco moderado, de centro, que é exatamente o que predomina dentro da Constituinte”, disse ontem o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ao analisar a formação de um bloco parlamentar suprapartidário capaz de influir nas decisões em torno da futura Constituição.

Segundo ele, “no início, tivemos uma ação radical, com reação acalorada, e esse bloco de centro acabou sendo caudatário dos dois lados. O resultado até agora acabou sendo um texto incompatível nas suas várias partes. Hoje se busca de todas as formas que os parlamentares conversem entre si para encontrar a posição de consenso, pois se sabe que, no grande plenário, se não houver posições de consenso em pelo menos 80 por cento dos pontos da Constituição, dificilmente o texto será aprovado.” O grupo moderado que vem se reunindo por iniciativa de Afif definiu uma estratégia para o próximo período de trabalho da Constituinte: em vez de apresentar uma proposta consolidada em nome de todo o movimento,

estimulará cada integrante a apresentar emendas. Com isto, o grupo se preservaria para, a seguir, receber os descontentes com a proposta de articulação.

Além de permitir arrebatar os dissidentes, a estratégia visa também impressionar o relator Bernardo Cabral: o volume de emendas com a mesma inspiração de centro-direita o faria concluir que o grupo tem maioria no plenário, e conseguiria também repercussão para as propostas do grupo na imprensa. Mais ainda: enquanto as demais facções se dividiriam em torno dos pontos divergentes os moderados permaneceriam unidos.

Nova reunião foi marcada para a próxima quinta-feira, quando os grupos dos 32 (liderado pelo senador José Richa) e o dos moderados do PFL e PMDB, já deverão ter apresentado sua proposta. Na reunião de ontem, estiveram presentes 32 parlamentares do PFL, PDC, PTB, PL, PDS.

Segundo os cálculos de Afif Domingos, a articulação conseguirá reunir, fora do PMDB, 160 constituintes, aos quais se juntará o Centro Democrático.

LEONARDO MOTA

Cartada Alta

O senador Marco Maciel não gastou mais de quinze minutos para levar ao presidente Sarney, na noite de quinta-feira, o consenso do partido em torno do nome do ex-governador João Alves para o Ministério do Interior. Era o que também desejava Sarney, e assim houve um perfeito entendimento. O Presidente resolveu numa só penada o problema da substituição do ex-ministro Joaquim Francisco e o do restabelecimento da autoridade do Governo no caso da superintendência da Sudene, onde o sr. Dorany Sampaio havia montado uma fortificação para resistir às ordens de Brasília.

João Alves no Interior resolve o problema do PFL e de Sarney, mas não resolve o do PMDB, que deixa de ter um quadro de confiança na superintendência do mais importante colegiado político do Nordeste, a Sudene, que foi fundamental para a consolidação da candidatura Tancredo Neves junto aos governadores da região. Agora, a Sudene vai ficar teleguiada pelo Palácio do Planalto, pois seu novo superintendente é da confiança do Presidente da República e do secretário particular, sr. Jorge Murad.

RESPOSTA A ULYSSES

O presidente Sarney decidiu solitariamente dar uma resposta caustica ao presidente do PMDB na sua entrevista coletiva de ontem. Dessa decisão não participou o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que está costurando o entendimento político amplo justamente com o deputado Ulysses Guimarães. Antes de viajar para Goiânia, ontem cedo, e ainda retido no Aeroporto de Brasília por causa do mau tempo que atrasou a viagem, Maciel transmitirá a idéia acabada de que na sua conversa na véspera com Sarney ambos haviam concordado em iniciar uma “operação-estriamento” da crise da Aliança Democrática. A resposta de Sarney a Ulysses, dura mas com ternura, foi entendida como uma posição pessoal do presidente da República, cioso da manutenção de sua autoridade no cargo, e não um agravo contra o PMDB e o seu presidente nacional.

SARNEY NÃO PASSA RECIBO

Ao responder a uma das perguntas em sua entrevista de ontem o Presidente confirmou a tese dos 5 anos de mandato: “Nos dois anos que me restam de Governo”, afirmou, em certo momento, Sarney não passou recibo nas previsões do ex-ministro Joaquim Francisco, quanto a passar de cinco para quatro anos de mandato.

POSSE DOS SECRETÁRIOS

A solenidade de posse dos novos secretários do governo do Distrito Federal, ontem, no Buriti, foi marcada pela febricitação política. Brasília decididamente é uma praça política em processo de fermentação que desaguará inevitavelmente nas eleições diretas para governador da capital. O secretário de Serviços Públicos, engenheiro José Carlos Melo, reúnia as atenções gerais pelas responsabilidades que terá com a condução das obras que irão marcar a face definitiva do governo José Aparecido. Na segunda-feira, às 10h30, no auditório do Palácio do Buriti, haverá a solenidade de transmissão de cargo ao novo secretário de Serviços Públicos, num acontecimento que deverá marcar o dia político da capital.

SARNEY TELEFONA A MACIEL

Ontem, por volta de 13 horas, o presidente José Sarney telefonou pra o senador Marco Maciel, que estava na sede do diretório regional estadual do PFL em Goiânia. “Quero Você aqui em Brasília, às 17 horas para a posse do ministro João Alves”. “A indicação foi sua”.

Grupo dos 32 encerra trabalho

O substitutivo elaborado pelo grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), começou a ser distribuído ontem aos constituintes. Com 250 artigos, ele suprime 246 dispositivos do projeto constitucional, entre os quais muitos sobre os direitos do trabalhador, além dos que criam o Defensor do Povo e os novos Estados. O grupo não apresenta nenhuma proposta para temas controversos como a reforma agrária, o mandato do presidente Sarney e a jornada de trabalho. Na parte sobre estabilidade, sugere a proibição da demissão arbitrária, e quanto ao conceito de empresa nacional, explicita que ele será utilizado “para os fins que a lei estabelecer”.

Durante o fim-de-semana, representantes do grupo dos 32 começaram a conversar com os coordenadores do grupo do consenso, liderado pelo deputado Euclides Scalco

(PMDB-PR), sobre os 19 itens polêmicos. Na segunda-feira, em reunião mais ampla, constituintes dos dois blocos discutirão os pontos sobre os quais será possível estabelecer um acordo.

Entre as propostas do grupo de Richa, de alteração ou acréscimo ao projeto constitucional, estão as seguintes:

— A Câmara Federal será composta de até 500 representantes do povo, maiores de 21 anos, e cada estado ou o Distrito Federal não poderá ter menos de quatro ou mais de 70 deputados;

— O Congresso poderá determinar ao Executivo que denuncie total ou parcialmente o tratado ou o compromisso internacional que vise aperfeiçoar, executar, interpretar, prorrogar tratados pré-existentes ou que seja meramente administrativo, se houver violação dos princípios constitucionais;

— Serão levadas em conta as condições sócio-econômicas do Brasil para a garantia, pela Constituição e a lei, da inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à saúde, à existência digna, à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade;

— O direito à vida é assegurado desde a concepção;

— A prestação de informação pelos meios de comunicação social independente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos de acesso público, inclusive através de televisão e rádio;

— O estrangeiro nocivo à

ordem pública poderá ser expulso do País, salvo se tiver cônjuge brasileiro e filho brasileiro dependente da economia paterna;

— O direito de greve será exercido nos termos da lei;

— Apenas o cargo de presidente da República é privativo de brasileiro nato;

— Os analfabetos são ilegíveis;

— A União pode intervir nos Estados para “por termo a grave perturbação da ordem, a requisição dos respectivos governadores ou, na omissão, conforme definido em lei”;

— Aos militares são proibidas a sindicalização e a greve;

— O Supremo Tribunal Federal será composto de 11 ministros;

— A União poderá instituir imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas;

— Os Estados poderão instituir imposto sobre a transmissão da propriedade de veículos automotores

usados;

— O pleno emprego é um dos princípios a serem observados na ordem econômica;

— O conceito de empresa nacional será utilizado para os fins que a lei estabelecer;

— Constituem monopólio da União a exportação e a importação de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural;

— O monopólio inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural;

— A indenização na desapropriação para fins de reforma agrária não será prévia;

— Fica proibida a demissão arbitrária;

— A aposentadoria, tanto para o homem quanto para a mulher, será concedida aos 35 anos de serviço.

246 artigos suprimidos

O substitutivo do grupo coordenado por Richa sugere a supressão de 246 artigos do projeto constitucional, entre outros dos que dispõem sobre: Percentuais mínimos de filiados para um partido poder concorrer às eleições, e de votos para um partido ser considerado nacional e ter acesso à propaganda gratuita e ao fundo partidário; proibição da interferência do Estado no funcionamento das associações e das organizações sindicais; criação da Justiça Agrária; criação do Conselho

da República; destinação do excesso de lucro das atividades econômicas e financeiras no programa nacional de erradicação da pobreza; regime de semi-internato no 1º grau para as crianças pobres; salário mínimo nacionalmente unificado; piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho; atribuição ao poder público de executar as ações de saúde; e apreciação judicial dos atos praticados pelo comando revolucionário de 31 de março de 1964.